



**PARRESÍA E ESTADO DEMOCRÁTICO:
UMA LEITURA DE ORESTES, DE EURÍPEDES**

PARRHESIE ET ÉTAT DÉMOCRATIQUE:
UNE LECTURE D'ORESTE D'EURIPÈDE

Carla Luzia Carneiro Borges (UEFS/LINSP/CNPq)

RESUMO: Considero, para entender a parresía de Orestes, a noção de leitura diagnóstica, numa perspectiva foucaultiana do discurso, neste caso, uma leitura da política no presente. Então, toda vez que se lê, se está de certa forma também pensando no presente e estabelecendo relações com esse tempo atual, acerca de várias questões que afetam a nossa constituição, enquanto sujeitos no mundo. As perguntas feitas acerca de que parresía fala Foucault, pressupõem que há outras possibilidades de pensá-la, para mostrar como essa parresía insurge hoje no campo da grande polis brasileira. Então, defendo que cabe a nós não pensarmos que estamos fazendo uma leitura apenas desse mito Orestes e de uma discussão de um conceito que é feito por Foucault, mas que estamos trazendo essa discussão para o presente com o objetivo de ampliar a discussão e reflexão de nossa atualidade. Faz-se pertinente perguntar que relação existe entre *parresía* e democracia? Que sentidos produz toda vez que eu digo a verdade? Pressuponho que o mesmo se possa perguntar com relação à democracia e vice versa, é exatamente assim que acontece ou existem nuances? Se toda *parresía* é garantia de um Estado democrático, de que *parresía* trata, então, a tragédia de Orestes? É possível falar de uma má *parresía*? Este conjunto de questões são exatamente o que fundamenta as discussões que Foucault vai trazer a partir de Orestes. Temos, a partir desta leitura de Orestes, o Michael Foucault em seu anúncio de uma genealogia da política, o que é muito relevante para um diagnóstico da política na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Parresía; Estado Democrático; Orestes.

RÉSUMÉ: A fin de comprendre la parrhésie d'Oreste, je considère la notion de lecture diagnostique, dans une perspective foucauldienne du discours, une lecture du politique au présent. Ainsi, chaque fois que vous le lisez, vous êtes, d'une certaine manière, en train de penser également au présent et d'établir des relations avec ce temps actuel, sur diverses questions qui affectent notre constitution, comme sujets du monde. Les questions posées sur de quelle parrhésie parle Foucault supposent qu'il existe d'autres possibilités d'y penser, de montrer comment cette parrhésie prend naissance aujourd'hui dans le champ de la grande polis brésilienne. Donc, je soutiens qu'il nous appartient de ne pas penser que nous lisons simplement ce mythe d'Oreste et une discussion sur un concept qui est fait par Foucault, mais que nous apportons cette discussion au présent dans le but d'élargir la discussion et reflet de notre présent. Il est pertinent de se demander quelle relation existe entre la parrhesie et la démocratie? Quelles significations est-ce que je produis à chaque fois que je dis la vérité? Je suppose que la même chose peut être posée à propos de la démocratie, est-ce exactement ainsi que cela fonctionne ou y a-t-il des nuances? Si toute la parrhesie est la garantie d'un État démocratique, de quelle parrhesie s'agit-il dans la tragédie d'Oreste? Peut-on parler d'une mauvaise parrhesie? Cet ensemble de questions est exactement ce qui sous-tend les discussions que Foucault apportera d'Oreste. De cette lecture d'Oreste, on retrouve Michel Foucault dans son annonce d'une généalogie du politique, ce qui est très pertinent pour un diagnostic du politique aujourd'hui.

MOST CLÉS: Parrhésie; Etat Démocratique; Oreste.

Introdução

Assumo que é um desafio pensar a *parresía* a partir da tragédia Orestes, de Eurípedes, retomando a mitologia, num movimento diagnóstico de leitura, pois nos possibilita pensar como algo que parece tão distante de nós, está bem presente em nossa atualidade, possibilitando pensar no nosso cotidiano, na nossa realidade e, em especial, em nossa relação com a nossa *pólis* brasileira, pois estamos vivendo, neste período, um momento de muita reflexão, de expectativa com relação aos novos caminhos que o país vai seguir, enquanto estado democrático. Este tema provoca-nos e chama-nos a atenção para a responsabilidade que temos em ficar mais atentos e fazer uma leitura mais acurada das práticas *parresiásticas*, dessa relação com a verdade, sendo muito importante, então, pensar Orestes como esse sujeito que realiza tais práticas, ao tempo que também é necessário confrontar com o que Foucault vai chamar de uma má *parresía*, o que possibilita pensar o sujeito da (má) *parresía* e seu papel na constituição ou destituição de um estado democrático.

Orestes está representado na tela de Alexandre Cabanel, exposta no Musée des Beaux-Arts (Beziers, France, 1846), com o corpo nu, despojado, estando, em torno dele, as chamadas Eurines, mulheres que representam a vingança, o momento em que ele se apresenta como sujeito que está sendo criminalizado, mesmo usando de uma fala franca, de uma prática *parresiástica*. Vejamos:

Figura 1 – Orestes, de Alexandre Cabanel



Fonte:WahooArt

Sobre isso, trago as questões postas por Michel Foucault: “(...)que razão se dá para que, no jogo democrático, o discurso verdadeiro não prevaleça sobre o discurso falso? Como é que, no fim das contas, um orador corajoso, um orador que diz a verdade, não é capaz de ser reconhecido? (...)” (FOUCAULT, 2011, p. 37). Essas perguntas que Foucault faz em *A Coragem da Verdade*, provoca uma inquietação acerca da natureza da *parresía* em determinadas contextos, e considerando o nosso

cotidiano, acredito que, em muitos momentos, talvez possamos perguntar por que, muitas vezes, um discurso dito verdadeiro não consegue prevalecer sobre um dito discurso falso, trata-se de um tema extremamente atual para se pensar porque ultimamente não falamos em outra coisa a não ser nessa relação verdade e mentira, no que se refere à produção das *Fake News* que tanto circulam no país.

Então, prossigo com tais questões que, na verdade, me fiz lendo Orestes e sua tragédia narrada por Eurípedes, estabelecendo relação com conceito de *parresía* como apresentado por Foucault. Considero, para entender a *parresía* de Orestes, elementos que venho elegendo para uma leitura diagnóstica, neste caso, uma leitura da política no presente, até porque acredito ser necessário fortalecer essa noção de leitura, dentro da perspectiva discursiva foucaultiana. Então, vale explicar que, toda vez que se lê, se está de certa forma também pensando no presente e estabelecendo relações com esse tempo atual, acerca de várias questões que afetam a nossa constituição, enquanto sujeitos no mundo.

As perguntas que me fiz, acerca de que *parresía* fala Foucault, pressupõem que há outras possibilidades de pensá-la, inclusive ele declara isso em alguns momentos que vou destacar adiante para mostrar como essa *parresía* insurge hoje no campo da grande *pólis* brasileira. Então, defendendo que cabe a nós não pensarmos que estamos fazendo uma leitura apenas desse mito Orestes e de uma discussão de um conceito que é feito por Foucault, mas que estamos trazendo essa discussão para o presente com o objetivo de ampliar a discussão e reflexão também acerca da nossa atualidade. Então, faz-se pertinente perguntar que relação existe entre *parresía* e democracia? Que sentidos produz toda vez que eu digo a verdade? Pressuponho que o mesmo se possa perguntar com relação à democracia e vice versa, é exatamente assim que acontece ou existem nuances? São questões e elementos que atravessam essas relações de *parresía* e democracia e que possibilitam pensar *parresía* de um outro modo.

Se toda *parresía* é garantia de um Estado democrático, de que *parresía* trata, então, a tragédia de Orestes? É possível falar de uma má *parresía*? Este conjunto de questões são exatamente o que fundamenta as discussões que Foucault vai trazer a partir de Orestes. Temos, a partir desta leitura de Orestes, o Michael Foucault em seu anúncio de uma genealogia da política, o que é muito relevante para um diagnóstico da política na atualidade. O próprio Foucault defende que a *parresía* é algo cujo lugar é definido e garantido pela *politéia* e que esta possibilita pensar a cidade como esse lugar em que as pessoas podem falar, onde todos têm voz e que este é exatamente o caminho para pensar também na democracia e, de certa forma, também pensar que essa cidade considerada *politeía* tem um funcionamento político, a partir de assembleias, lembrando que Orestes é julgado numa assembleia, a qual julga tudo que ele fez.

“A *parresía* é algo cujo lugar é definido e garantido pela *politéia*, mas a *parresía*, o dizer a verdade do político, é aquilo porque vai ser assegurado o jogo conveniente da política” (FOUCAULT, 2013, p.148). A *parresía* é algo, portanto, cujo lugar é definido e garantido pela *politéia*, mas a *parresía*, enquanto o dizer a verdade do político, é aquilo por que vai ser assegurado o jogo conveniente da política. Existem, então, algumas elaborações conceituais com as quais Foucault já começa a introduzir algumas noções quando ele assume ser conveniente, o que acusa que já começa a acenar para a possibilidade de um uso *parresiástico*, que não seja de fato aquele dizer verdadeiro. Foucault declara: “Gostaria agora de me deslocar em relação a esse texto de Íon e passar à análise de alguns outros textos que vão nos permitir avançar um pouco no que poderíamos chamar, se vocês permitirem, de genealogia da política como jogo e como experiência” (FOUCAULT, 2010, p.149). Começa, então, uma incursão pela tragédia de Orestes, presente nas aulas de *O Governo de Si e dos Outros*, quando exatamente ele começa a pensar na *parresía* dentro dessa relação com a democracia.

Frédéric Gros (GROS, 2010, p. 346-347, In FOUCAULT, 2010), ao abordar sobre a situação do curso *Governo de si, governo dos outros*, ministrado por Foucault entre 1982 e 1983, destaca que Foucault considerou de Eurípedes a Platão, alertando para o fato de que tratou como essencialmente uma *parresía* política, e que, muito embora as últimas aulas dos mês de março tomem, a partir da oposição entre Filosofia e Retórica, outros rumos essa *parresía* política compreende duas grandes formas históricas, a de uma palavra dirigida à assembleia ao conjunto dos cidadãos por um indivíduo preocupado em fazer triunfar sua concepção de interesses geral, que é a *parresía* democrática; e a de uma palavra provada que a filosofia destina à alma de um príncipe para inicia-lo a bem se dirigir e lhe fazer entender o que os lisonjeadores lhes mascaram, que é *parresía* autocrática. Então, observa-se que ele começa, já no curso, estabelecendo essa relação que tem esse viés da *parresía*, tanto a democrática, em que todos têm o direito de falar e toda aquela verdade interessa a todos, como a autocrática, em que está centrada na figura de um sujeito considerado lisonjeador que, na verdade, tem a preocupação não propriamente com seus valores, com o que de fato ele tem convicção, com a sua verdade, mas com aquelas verdades que, se ele proferir e disser que vai satisfazer a todos, conseguirá, consequentemente, sua vitória, o que chama de ascendência diante dos demais. A *parresía* democrática altera-se e transforma-se, para o que, segundo Gros, é necessário chamar a atenção, pois ela se torna o direito publicamente reconhecido de dizer a qualquer um, qualquer coisa, de qualquer modo. Então, temos elementos para pensar nesse jogo da *parresía* como algo que possibilita, de certa forma, que alguns momentos sejam mascarados. A *parresía* ressurgirá em sua positividade, mas num outro âmbito, o do confronto do filosófico com o príncipe e é para estudar esse novo dizer a verdade que Foucault se lança no segundo grande exercício de leitura de 1983, depois do Íon de Eurípedes: a carta VII de Platão.

Considero a narrativa da quinta tragédia de Orestes, que está em Eurípedes, versos 866, trazida por Foucault no *Governo de Si e dos Outros* (2010, p.154-155): Orestes matou Clitemnestra para vingar a morte de Agamêmnon. Depois do assassinato de sua mãe, Orestes foi capturado pelos argianos e pelos que tomavam partido de Clitemnestra. É levado ao tribunal, à assembleia dos cidadãos de Argos, os quais têm de julgá-lo e eis como o processo é contado na peça por um mensageiro que traz a notícia a Electra de que, quando a multidão dos argianos se completou, um arauto perguntou: ‘Quem pede a palavra para dizer se a Orestes merece ou não a morte como parricida?’ Foucault explica que esta é exatamente a fórmula empregada antieclésia ateniense quando se tratava de julgar alguém por um crime tão grave quanto esse, uma fórmula ritual de quem quer tomar a palavra. Então vão se levantar sucessivamente quatro personagens. Taltíbio, que havia ajudado o pai Agamêmnon no saque da Frígia, que é, em Homero, o arauto de Agamêmnon, aquele que porta a voz dos poderosos, aquele que fala por eles. Sempre submisso aos poderosos, falou com duplicidade: extasiando-se sobre teu pai, e ao mesmo tempo desaprovando seu irmão, num discurso em que, ressalta Foucault, “a recriminação se misturava ao elogio” por ter um comportamento odioso com os pais; e seu olho não cessava de sorrir para os amigos de Egisto, que é o marido, aquele que foi considerado amante de Clitemnestra. É importante refletir acerca dessa relação de *parresía*, nessas quatro figuras e no modo como eles argumentam em relação a Orestes porque é isso que vai definindo a figura que de fato vai representar a *parresía* dentro de um processo democrático. Foucault ressalta que essa ‘corja dos arautos’ sempre corre para os favorecidos pela fortuna, sendo seu amigo quem quer que na cidade tenha poder e ocupe magistraturas.

Depois do arauto, falou o rei Diomedes, declarando que Homero é ao mesmo tempo o herói da coragem e o herói do bom conselho, e rejeitou a pena de morte para Electra e para seu irmão Orestes. Uma condenação ao exílio lhe pareceu satisfazer a piedade, diante do que uns o aplaudiram, gritando que ele tinha razão, e outros o desaprovaram. Levantou-se, então, certo personagem que tem certa oratória, que sabe fazer esse jogo de representação, de quem está naquele poder e daqueles outros que estão ali no meio do povo, este personagem de língua desenfreada, poderoso por sua audácia, um argiano sem o ser que entra à força na cidade, confiando no brilho de seu verbo, ao que Foucault alerta: “você vão ver: creio que é um pequeno contrassenso que a tradução comete”, na grosseria de sua *parresía* suficientemente persuasivo para conduzir um dia os cidadãos, algum desastre. Este aconselhou matar a Orestes e a sua irmã a pedradas, proposta à qual Tíndaro aderiu. Mas outro se levantou para combater ao de língua desenfreada, cuja aparência não agradava à vista, mas era um homem corajoso, sem grande contato com a cidade e o círculo da praça pública, um labrador dos que são, por si sós, a salvação do país, de inteligência aguda preparada para o corpo a corpo das lutas

oratórias e íntegro de conduta e irrepreensível. Para Orestes, filho de Agamênon, ele pede uma coroa, alegando que ele quis vingar seu pai matando uma mulher culpada e ímpia que tirava dos homens gloriosos o desejo de armar seu braço e fazer campanha longe de casa, se os da retaguarda desonram as guardiãs do lar corrompendo as esposas dos bravos. E as pessoas de bem lhe davam razão (EURÍPEDES, 1973, versos 884-930 in FOUCAULT, 2010, p. 153). Observe-se que temos também esse lugar da mulher que, mesmo ele matando a mãe, ela é julgada com esse argumento no sentido de que ela estava de certa forma prejudicando a sociedade, fazendo mal aos homens e dando mau exemplo, o que historicamente sempre coloca as mulheres nesse lugar de punição. Foucault destaca que “as pessoas de bem” lhe davam razão, mas que vamos ver que a situação não finaliza neste momento.

Foucault reforça:

Portanto, para que haja *parresía*, é necessário essa *politeía* que dá a cada um o direito igual de falar (a *isegoria*). Mas a *parresía* é algo diferente. Não é simplesmente o direito constitucional de tomar a palavra. É um elemento que, no interior desse âmbito necessário da politeia democrática que dá a todos o direito de falar, permite que os indivíduos adquiram certa ascendência uns sobre os outros. Ela é o que permite a certos indivíduos estar dentre os primeiros e, dirigindo-se aos outros, lhes dizer o que pensam ser verdadeiro, o que pensam verdadeiramente ser verdade - é isso, *khrestai logo* – e, com isso, dizendo a verdade, persuadir o povo com bons conselhos e assim dirigir e se ocupar da cidade (FOUCAULT, 2013, p. 147)

Pergunto de que lugar fala Orestes, então? Ele tem um direito de falar que é a *isegoria*. Ele está nesse lugar, mas até onde se dá a sua ascendência sobre os demais, sobre Menelau que é um tio seu, um irmão do pai, sobre sua irmã Electra, sobre Febo, sua mãe? Foucault refere-se ao argumento de Orestes, o que está descrito em Eurípedes, no volume 3. Orestes argumenta que, em retribuição à morte do pai, matou Egisto e Clitemnestra. Ao cometer um matricídio imediatamente sofreu punição e enlouqueceu. Por Tindário, o pai da morta, os argivos dispunham-se à votação pública que ele devia sofrer pela impiedade e por sorte, Menelau retornando da viagem enviou à noite a mulher à urbe e chegou ele mesmo de dia ainda que conclamado por Orestes a socorrê-lo, antes se acautelou com a oposição de Tindário então feito os discursos ante a multidão. A maioria votou pela morte de Orestes que suplicou que vivesse por um dia, prometendo deixar a vida por si mesmo. Presente a isso seu amigo Pílates o aconselhou a tomar antes vingança de Menelau e matar Helena quando se deram a esse plano frustrou-se sua expectativa, tendo os Deuses raptado Helena, Electra lhe entregou nas mãos Hermíone e quando este apareceu eles iam matá-la. Menelau apareceu e ao ver-se despojado da mulher e da filha por eles, pôs-se a destruir o palácio, mas eles, antecipando-se, ameaçaram incendiar. Apolo

manifestou-se e disse que ele mesmo levou Helena aos Deuses e ordenou a Orestes que tomasse Hermíone por esposa e a Pílates que desposasse Electra e que purificado da morte da mãe assumisse o poder em Argos.

O que se questiona é exatamente essa relação do dizer essa verdade e de certa forma ter todo um caminho para chegar a esse poder, passando pelo conselho de Apolo depois tem também o argumento do gramático Aristófanes de Orestes, declarando que Orestes por seu matricídio, seria aterrorizado pelas Erínies que são aqueles seres da vingança, que ficam atormentando, aquelas figuras que são femininas e ficam em torno de Orestes. Ele alega ser aterrorizado pelas Erínies e condenado à morte pelos argivos, que iria matar Helena e Hermíone, em retaliação a Menelau presente não ter socorrido, mas foi impedido por Apolo. O tratamento do mito não consta em nenhum lugar, a cena do drama se situa em Argos, o coro se compõe de argivas da mesma idade de Electra que vêm buscar saber do infortúnio de Orestes. Electra diz o prólogo e o drama tem a reviravolta cômica e a sua montagem é junto ao palácio de Agamêmnon. Orestes repousa batido pela loucura deitado num catre, Electra está sentada ao seu lado a seus pés. Discute-se por que não sentada à cabeceira, pois assim pareceria mais dedicada ao seu irmão sentada mais perto parece que o poeta montou assim em vista do coro, pois Orestes despertaria tendo dormido há pouco e a custo se as mulheres do coro se aproximassem mais dele. Pode-se suspeitar disso pelo que diz Electra ao coro: “silente, silente, sutil passo de botas”. É convincente, pois, que essa fosse a causa de tal montagem. O drama é dos que pela cena têm boa reputação mas a pior pelo caráter, pois salvo Pílates, todos são reles. São personagens do drama: Electra, Helena, o coro, Orestes, Menelau, Tindáreo, Pílates, mensageiro, Hermíone, frígio, Apolo. Trata-se de um drama representado em 408 a.C.

Destaco um trecho em que Orestes já se apresenta na assembleia, quando Menelau chega: “Eu sou Orestes, Menelau, a quem procuras. Eu mesmo te denunciarei os meus males”. Apresento algumas passagens de seu diálogo com alguns personagens, observar e entender como se dá essa fala franca, essa *parresía*, nesse momento em que ele vai dizendo a sua verdade, ele mesmo vai assumindo suas culpas, mas ao mesmo tempo vão aparecendo também alguns momentos em que ele vai falando em sua defesa.

Há um trecho em que Orestes diz: “aqui estou matador da misérrima mãe”, Minelau pergunta: que mal sofres? Que doença te destrói? E ele diz que são os delírios, punição do sangue da mãe. Minelau pergunta quando começa a delirar? Ao que responde que quando cobria a tumba da mísera mãe. Ele refere-se todo o tempo à mãe como mísera, exatamente porque ele acredita estar fazendo até uma certa justiça em ter matando-a, já que sua mãe matou o pai. Ele ao mesmo tempo se assume o

matador dessa mísera mãe, então é uma morte que vai causar essa dupla punição: com ele mesmo e com sua mãe, que julgava merecedora dessa punição.

Importante, nesta sequência, destacar alguns trechos do diálogo com Electra. Ela diz: “irmão, teu olhar se perturba e talvez da lucidez te mudes em fúria”. Ao que ele responde: “ó mãe, suplico-te, não me envies as moças sanguinárias e serpentárias, ei– las ei – las, saltam perto de mim”. Este é o momento em que ele se sente mesmo rodeado por essas Erínies que são essas mulheres que como ele diz moças sanguinárias, que são a causa desse tormento, desse sujeito atormentado, como representado na tela intitulada “O Remorso de Orestes”, de William-Adolphe Bouguereau.

Figura 2 – O Remorso de Orestes, de William-Adolphe Bouguereau



Fonte: Mitologia e Civilização Grega

Esse sujeito sempre atormentado, pensando em tudo que fez, ao mesmo tempo que foi tudo bem planejado e pensado, se assume criminoso. Então, vamos confirmando nas passagens da tragédia o Orestes, sujeito que está sob o poder desses seres, tendo uma das suas Erínies que o agarra ao meio para dar ao Tártaro. Ele pede a sua irmã para pedir o mesmo arco de chifre com que Apolo disse repelir Deusas, como se fosse um modo de tentar também se proteger dessas figuras. Orestes vive em sofrimento, sendo aquele sujeito que está o tempo inteiro falando sobre este sofrimento, com essa fala franca assumindo esse lugar do ser atormentado.

Menelau pergunta a Orestes se havia mais que o apoiasse, ao que ele responde que Pílades apoia sangue e morte da mãe. Minelau questiona por quais aparições ele tem o distúrbio e ele responde: “Cri ver três moças próprias da noite”. Menelau afirma ssaber de quem ele fala, mas que não quer nomear no momento. Orestes considera bem educado evitar falar e Menelau prossegue dizendo que elas o inebriam de consanguínea morte. Orestes pergunta com que perseguição o caçam e Menelau

declara não ser terrível a dor de quem fez terrível. Orestes alega que têm um recurso da situação, e Menelau começa também a tentar pensar num recurso. Um pouco dessa defesa que ele traz e Menelau já aconselha que ele não diga a morte, que isso não é sábio. Que Orestes não fique dizendo o tempo inteiro, nem assumindo esse lugar, esse dizer verdadeiro desse seu sentimento. Então aconselha que Orestes não fale disso. Febo quem exortou à morte da mãe e Menelau diz por ser néscio do belo e da justiça. Orestes responde que servem a Deuses e eles vão continuar nesse diálogo o tempo inteiro, pois que é o tempo todo ele assumindo esse lugar esse dizer *parresíastico* e Menelau vai tentando, de certa forma, amenizar um pouco isso, mas fica patente essa dor, esse tormento.

Em outro diálogo de Orestes com Menelau, ele diz estar excluído das casas aonde for e Menelau pergunta que cidadãos competem com ele? Ao que Orestes responde que é Éax, trazendo ódio de Troia a seu pai. Menelau diz entender e aconselha que ele se puna por morte de Palamedes e ele diz que por esses três perece, por todos os cidadãos mortos, em suma. Orestes depois diz estar perdido, com receio da aproximação de Tindáreo e que o pudor o impede de ir às suas vistas por atos praticados, assumindo esse lugar de sujeito que se culpabiliza por tudo isso, lembrando que ele (Tindáreo) o criou quando menino e era cheio de muitos carinhos carregado nos braços o filho de Agamêmnon e junto com Leda honrando-se não menos que aos Dióscoros e a ambos sua retribuição não foi bela, portanto, pergunta-se “que trevas tomar no rosto? Que nuvem pôr defronte evitando as pupilas dos olhos do ancião?”. Esse é lugar da sua *parresía*, produzida pela tormenta e acusação de si.

Em outro momento, ele diz não temer falar diante do ancião, quando teme magoá-lo e que seu espírito se afaste livre das suas palavras, temendo sua velhice que o corta a palavra. Confessa, ao tempo que se defende: “eu sou ilícito por ter matado a mãe, mas lícito aliás por defender o pai”. Ao mesmo tempo em que assume esse lugar desse crime de matar a mãe, em que ele diz que é ilícito por isso, mas ele é lícito porque ele defendeu o pai, “lavando sua honra”, ainda sacrificou a mãe agindo ilícito, mas foi defensor do pai, reiterando esse dizer *parresíastico*. Ele vem, nesse conjunto de falas, assumindo a culpa e também se colocando em sua defesa para dizer que ele, de qualquer forma, por ter ficado entre pai e mãe ao mesmo tempo e ter uma mãe que matou o pai, isso foi ruim para ele que, então, precisava lavar essa honra do pai, ainda que tenha, para isso, matado a própria mãe, sendo culpado exatamente por isso.

Assim, vários trechos em que este dizer *parresíastico* aparece atravessado por um modo de ver a mulher. Orestes alega que “(...) as mulheres chegarem à audácia de matar o marido tornando refúgio os filhos, caçando piedade com seios nada as impediria matar os maridos com a queixa que fosse, eu em ação terrível como soas suprimi essa lei com ódio, por justiça matei a mãe”. Então, Orestes está nessa direção de tentar entender que se isso tudo pode acontecer, se as mães podem agir desta forma e

as mulheres em algum momento se colocam nesse lugar, ele por justiça pode matar a mãe. Então, ao tempo que ele faz uso dessa lei, dessa ordem, nesse lugar de pertencimento, ele também pode suprimir esta lei, sentindo-se autorizado a condenar sua mãe por um costume legitimado pela ordem discursiva na qual se inscreve, o que se atesta na fala de Orestes ao ancião: “Tu ó ancião semeador de filha má destruístes-me por sua audácia dela privado de pai tornei-me matricida”.

Observa-se que toda esta narrativa e estes últimos trechos, em especial, possibilitam perguntar como que na tragédia, esse discurso do verdadeiro não consegue sobrepujar o discurso que possivelmente o sujeito *parresíasta* poderia assumir. É preciso atenção ao fato de que dentro dessa sociedade que ao mesmo tempo se coloca em democracia, na qual todos têm o direito de falar e, portanto, vê-se que Orestes tem a coragem para falar, ou seja, tem essa ascendência, no sentido de ter uma posição perante os demais, o dizer verdadeiro se contorce, em busca de ajustes cada vez mais possíveis de conseguir adesão do público. Estes são elementos importantes para compreender o funcionamento da *parresía*, de como vai se constituindo esta coragem de falar e essa ascendência que se dá pela afirmação do direito também de falar. Então é importante entender como que, nessa cidade (politéia), que tem como funcionamento uma assembleia que permite ao sujeito falar francamente e dizer as suas verdades, possibilita a tragédia terminar com essa morte desse sujeito que falou a verdade, no lugar legitimado para isso, que estava dado à fala verdadeira e à fala franca.

Orestes também assume estar odioso e pergunta a Apolo se não faria coro de Erínies ou se surgem as deusas aliadas da mãe, mas não as do pai o mais injustiçado? A pergunta que ele faz incita Apolo a responder se no trono umbilical sentado diz aos mortais o mais claro? Prossegue: “Seguimo-lo em tudo o que ele fala tendo o seguido matei a genitora podeis considerá-lo ilícito e matei ele errou não eu que devia fazer? Não consegue o Deus a meu apelo solver poluência?”. Mesmo diante do próprio Deus, Orestes questiona esse lugar dessa absolvição.

Há mais um momento em que Orestes alega que não diria posses se sua vida salvasse o que é seu é o mais caro, que é injusto por este mal que deve ter de Apolo algo injusto, pois seu pai Agamênon com injustiça uniu a Grécia e foi a Ílion não por seu próprio erro, mas saneando o desacerto e a injustiça da sua mulher. Observa-se que ele sempre declara essa injustiça, que no fundo ele está afirmando estar nesse lugar de injustiça porque era uma injustiça contra seu pai o fato de sua mãe ter cometido também esse crime. Alega ainda que basta que o Deus mesmo queira auxiliar que os gregos creiam todos que o homem ama sua mulher, o que ressalta não estar insinuando, mas com lisonja por ela suplica mísero e se pergunta, por fim, a que ponto do mal chegou e por quê? Explica que deve suportar pois, em defesa de toda a casa, e suplica ao tio irmão do pai, que pensa que o morto sob a terra ouve isto espectro volitando acima de ti e assim te diz o que te digo tenho dito e feito pedido a salvação de feras o que

todos e não só eu, buscamos. Mais uma vez, Orestes alega que foi traído, que não há mais esperança a que se voltar e evitar morte por argivos, que ele para ele era o refúgio de salvação, pois ele começa “ó condutor por nada mais que mulher ó pior para horar amigos tu te viras e me evitas e o de Agamênon se vai?”. Então ele fica questionando cada um que vai conversando com ele, cada um daqueles que vai julgando o que ele fez. Ele também diz: “nem és mulher e estás entre os varões mais abaixo”. Ao que ele ressalta que se trouxe argivos a esta casa em represália à morte de Helena e não quiser nos salvar a mim à minha irmã e a Pílates que coopera comigo neste plano verá dois mortos a filha e a esposa e ele vai ainda mostrando as consequências que pode daí derivar né se não reconhecerem de alguma forma não amenizarem essa sua culpa. Orestes assume que mísero, não é? São vários os contextos de fala em que está Menelau e ele pergunta se é justo que vivas e seja o rei da terra, mas de que terra? Em Argos, este chão pelasgo e aí o tempo todo ele vai perguntando por que não e se faria bem. Tudo isso ele quem vai dizendo, mas não os planos, e aí enfim, mas o fato que ele pergunta se mísero não é ele, mas é uma pergunta que ele faz da verdade, acreditando que outros míseros existem.

Então, atinge-se um ponto em que Orestes vai declarando serem quatro os oradores que vão tomar a palavra. Um deles é Taltíbeo, o arauto que é esse porta voz oficial que transmite as mensagens, que fala em nome dos que exercem o poder, é o embaixador no estrangeiro, porta voz na cidade, inclusive ele explica que ele não pode, em seu próprio nome, por si próprio, sendo esta voz de autoridade, ter o direito de dar opinião. Sua palavra é serva, é obediente, sua palavra é a do poder já constituído, então todo aquele que é porta voz de um poder, como o arauto, é o primeiro orador que pôde falar em relação a Orestes. É curioso que o texto não diga o que ele dá como opinião à assembleia, mas simplesmente que são palavras, palavras dicotômicas, dúplices, que podem satisfazer à dinastia de Agamênon, Orestes e Electra.

Em segundo lugar falou Diomedes, que é também um herói da Ilíada, herói mítico que representa o modelo de coragem e um exemplo de eloquência arrebatador, é aquele da língua, que tem esse poder da palavra, dando uma opinião que é comedida entre os dois extremos, haja vista que tomará a via média, enquanto uma emprega uma linguagem dúplice que é Taltíbo, Diomedes vai dividir o auditório em dois, vai fazer com que o auditório oscile entre criminalizar Orestes ou não culpá-lo, então observe-se que essas figuras são importantes para se pensar como funciona a *parresía*, por isso importante considerar esses sujeitos, cada um deles, o modo como se comportam diante dessa fala franca. Isso vai derivar no sentido em que *parresía* vai ter dessa tragédia e vai explicar a relação entre a prática *parresiástica* e democracia.

O terceiro, Cleofonte, é caracterizado por sua violência e audácia pelo fato de que é um argiano ou não argiano e que foi imposto à força na cidade, por isso que ele é argiano e não argiano, ele foi

imposto na cidade voltamos a encontrar o problema do verdadeiro *parresíasta*, aquele que utiliza uma boa *parresía* deve ser um cidadão pleno, deve ser um cidadão de cepa, nesse caso sua *parresía* é não instruída, grosseira, tosca, é uma *parresía* que não está indexada à verdade, ela não é capaz de se formar no logos sensato e que diga a verdade, apenas o que pode fazer simplesmente é ser capaz de persuadir, então ele só teria esse poder de persuadir já que ele não é do lugar.

E a última figura é o quarto personagem que é o social, que diz que sua característica é notável por três pontos. É alguém que não tem uma aparência lisonjeira; é corajoso, em compensação tem coragem física, aquela coragem do soldado daquele que é capaz de defender sua terra; também está pronto para participar das lutas oratórias, é de uma coragem militar contra os inimigos e uma coragem cívica diante dos rivais dos inimigos internos da cidade. A segunda razão é por ele ser notável, puro, sem nódoa, é irrepreensível também. Isso se refere à integridade dos seus costumes e a preocupação que tem com a justiça. E por fim, em terceiro lugar, por ele ser prudente, ter a qualidade moral e a qualidade da coragem, são as três virtudes fundamentais tradicionalmente reconhecidas.

O exercício do poder, portanto, nessa sociedade nem se dá pelos que vagueiam na ágora, nem pelos que passeiam pela cidade, então, nem por aqueles que estão representando o poder, nem portanto por aqueles que estão por lá pela cidade sem se envolver muito. É em torno disso que giravam na época muitos projetos de reformas que poderíamos chamar de reacionários contra a democracia ou a demagogia ateniense. Neste momento, após essa confrontação dos quatro personagens, é muito pertinente e oportuno perguntar: o que vai acontecer e como a assembleia vai decidir? Assim, os chamados *autourgós* que são aqueles que trabalham, com as próprias mãos, a terra e estão prontos para defender a cidade acabam de falar e as pessoas de bem lhe davam razão, ninguém mais pediu a palavra. Então, Orestes adianta-se e faz ele mesmo a sua defesa. Eis agora o desfecho e veredicto: Orestes não persuadiu a multidão apesar de lhe dar a razão, a vitória foi para o outro para ouvir orador que se dirigindo ao apoplético pedia a morte do seu irmão e de si. Sendo assim, vejam que quem na verdade teve uma voz que foi de fato ouvida e que por fim deu esse veredicto foi exatamente aquele que estava sendo considerado ter todas essas qualidades, a de pertencer ao lugar que estava legitimamente habilitado para falar e tinha todas as características que foram apresentadas alhures.

Na sequência, Foucault (2010) vai desenvolver a ideia do círculo da democracia e da *parresía*. Ele explica que “agora esse círculo positivo, constitutivo da boa democracia, entre a *parresía* e a constituição da cidade está agora se desfazendo. O vínculo *parresía*-democracia é problemático e difícil, um vínculo perigoso”, considerando que “uma má *parresía* está invadindo a democracia. É esse problema da ambiguidade da *parresía* que é posta, que eu gostaria de abordar daqui a pouco” (FOUCAULT, 2010, p. 159). Foucault discorre acerca desse tema em referência à próxima aula que

ele vai ministrar (de 2 de fevereiro de 1983), em que ele constrói a ideia do retângulo da *parresía*, representado graficamente a seguir, o qual vai considerar alguns conceitos que são exatamente para pensar na coragem que é uma das noções importantes.

Figura 3 – Retângulo da *parresía*



Fonte: Elaborado pela autora

Em um vértice desse retângulo, à esquerda, ele fala da democracia e da igualdade que se encontra dentro da democracia, representando que todos têm o direito de falar, resultando no que chama de *isegoria*, a partir da qual todos têm o direito de falar. No outro vértice, no canto superior à direita, tem-se o jogo da ascendência, da superioridade, pois, sabe-se que todos têm o direito de falar, mas nem todos falam igualmente e às vezes um tem um destaque sobre o outro, que é essa ascendência. Num outro vértice, representado pelo canto direito inferior, Foucault coloca a coragem, essa coragem de dizer a verdade e o próprio dizer a verdade, que está no canto superior esquerdo. Daí que são quatro elementos que vão constituir essa *parresía*: democracia, o jogo da ascendência, a coragem e o dizer a verdade. É disso que Foucault vai falar com bastante propriedade e que será base para a discussão empreendida acerca da constituição da *parresía* a partir de Orestes, além de dar subsídios para se pensar a democracia atual, em especial, no Brasil, discussão que faço mais adiante.

Foucault lembra que, na época em que nos encontramos no período de fim de guerra do Peloponeso, várias perguntas surgiram: como é que se analisa o que pode ser uma boa *parresía*? Quais as condições de uma justa relação entre democracia e *parresía*? E como se explica que as coisas não funcionem e que entre *parresía* e democracia possa haver esses efeitos danosos que pudemos constatar e que são denunciados no Orestes de Erípedes em 408 a.C (FOUCAULT, 2010, p. 160)? Foucault mostra que esse dizer verdadeiro, essa democracia que tem que funcionar nesse lugar, de repente resulta de algo que não corresponde ao esperado, o que foi o caso de Orestes que mesmo assumindo o

dizer verdadeiro não foi ele que teve essa ascendência sobre os outros, mas outros modos de dizer, com outros elementos que eram próprios do sujeito da *parresía* naquela sociedade democrática.

Sobre este jogo *parresiástico*, Foucault (2010, p. 162) lembra que a *isegoria* é o fato de todos poderem falar em uma democracia e assegura que não vai ser simplesmente em função do nascimento da fortuna do dinheiro que vai ter o direito de falar, todos vão poder falar mas apesar disso, para a participação nos negócios públicos, o mérito pessoal é que vai garantir a alguns uma ascendência, considerando ser bom que eles exerçam, pois é isso que será a garantia de sobrevivência da democracia.

A imagem de uma má *parresía* que se desenha em Foucault (2010), que é justamente na obra em que ele aborda o governo de si e governo dos outros, é a que não funciona numa democracia e não permanece conforme seus próprios princípios, vai rondar os espíritos a partir da morte de Péricles, pois este foi considerado um homem de bons ajustes *parresía*-democracia. Ele conseguia fazer esse equilíbrio. Atenas, depois da morte de Péricles, vai representar-se como uma cidade na qual o jogo da democracia e o jogo da *parresía*, da democracia e do dizer a verdade, não conseguem se combinar e se ajustar de forma que seja conveniente e que permita a própria sobrevivência da democracia. Então esse é o grande impasse, ter uma sociedade que a partir daí começa a se desenvolver de tal forma e que muitos conflitos começam a aparecer, muitos paradoxos, como ele se refere, por isso esboçar essa ideia de uma má *parresía*.

Foucault declara ter razões positivas e negativas essa relação da *parresía* e democracia, é o lugar da crítica em Atenas porque lá aceitam a representação dos próprios defeitos e faltas, mas só no teatro e na forma de comédia, sendo importante pensar como Atenas vai representar essa *politeia* que, fazendo um deslocamento para o tempo de hoje, possibilita perguntar acerca da nossa sociedade. No Brasil, admitem-se críticas? Temos esse lugar de um Estado que admite essas críticas ou só o faz nas comédias, no teatro, nas artes de um modo geral? Os atenienses não suportam nenhuma forma de crítica, livrando-se dos oradores ou dos homens políticos que jogam este jogo. Então o que acontece com as nossas democracias? Elas também se livram desse jogo de pessoas que estão nesse lugar de crítica, elas de certa forma admitem essa fala franca? Então, *parresía*-democracia já não implica mais uma na outra não, o porquê dizer-a-verdade é recusado, e isso é que dá lugar a algo que é imitação do dizer a verdade e esse falso dizer a verdade é precisamente o discurso dos lisonjeadores demagógico, da má *parresía* que vem como moeda falsa, como destaca Foucault (2010).

Quanto às características dessa má *parresía*, cabe destacar que qualquer um pode falar e exercerá sua ascendência que ele chama de ascendência pervertida, o cidadão fala na medida em que o que ele diz representa a opinião mais corrente, quer dizer, não é de fato a fala franca, aquela que de

fato representa o seu dizer verdadeiro, mas ele vai dizer aquilo que vai representar a opinião que está circulando, exatamente porque esse falso discurso verdadeiro busca garantir sua segurança e seu sucesso pelo prazer que causam em seus ouvintes, adulando-os em seus sentimentos e em suas opiniões. Então, este é o perigo dessa *parresía*, ou melhor, dessa relação de *parresía* com a verdade que faz com que se acredite nas nossas democracias. Mas que democracias nós temos hoje? Foucault (2010, p. 169) ressalta que “*não é porque todo mundo pode falar que todo mundo pode dizer a verdade. O discurso verdadeiro introduz uma diferença ou antes está ligado ao mesmo tempo em suas condições e seus efeitos a uma diferença somente alguns podem dizer a verdade*”. Então, quem pode dizer a verdade? Quem está autorizado a dizer a verdade? São esses os paradoxos da *parresía*. Foucault reforça:

Não pode haver discurso verdadeiro a não ser pela democracia, mas o discurso verdadeiro introduz na democracia algo totalmente indiferente e irreduzível à sua estrutura igualitária. Mas, na medida em que ele é verdadeiramente o discurso verdadeiro, em que é uma boa *parresía*, é esse discurso verdadeiro que vai permitir que a democracia exista, subsista” (FOUCAULT, 2010, p. 169)

Então quando se coloca em pauta esse tema como problemático e perigoso, não significa dizer o contrário, que para ter democracia não se tem o discurso verdadeiro, pois ela de fato tem que ter essa verdade, mas se deseja alertar para o fato de que a democracia ameaça a própria existência do discurso verdadeiro, pois se todos podem dizer e podem falar de determinados lugares e não de outros, passa a existir no interior da própria democracia o que ela traz como positivo e que ao mesmo tempo pode destruí-la.

Para melhor compreender como se dá a relação de verdade e a democracia, proponho uma leitura diagnóstica de uma situação da atualidade. Parto do texto intitulado “A verdade e o paradoxo da democracia”, de autoria de Miguel Poiars Maduro, do qual destaco o momento em que traz uma atualização da relação que é o foco, neste momento:

(...)É, no entanto, quanto às transformações no modo e meios da política que mais se fala hoje do problema da verdade na democracia, em particular em relação com o papel das novas redes sociais e a dimensão do **fenómeno das Fake News**. Quando a internet surgiu foi vista como um instrumento de reforço da democracia: facilitava o acesso a informação e a mobilização e participação dos cidadãos; **umentava o pluralismo**; e permitiria mesmo ultrapassar as barreiras de censura nacional onde existissem. Hoje sabemos que esta promessa democrática não foi totalmente cumprida e que a internet também trouxe consigo novos riscos democráticos. Hoje é, em grande medida, possível a um Estado autoritário selecionar o que circula na internet como acessível aos seus cidadãos, permitindo fazer da mesma um instrumento de controle não democrático. (MADURO, 2018)

Não tem como não relacionar uma discussão que está em Orestes, com a que se tem hoje no Brasil. Temos um palco *parresiástico* no qual muitos se põem a falar, dos mais diversos lugares, especialmente no espaço midiático: das conversas de *WhatsApp* às notícias jornalísticas dos mais renomados jornais; dos depoimentos pessoais no *Instagram* às aceleradas produções do *Twitter*. Esta tem sido nossa pauta na política nacional: a produção de (in)verdades, produzindo relações entre o dizer verdadeiro e o espaço democrático. Se é democracia, tudo se pode dizer, a princípio e por todos que desejarem. E é nesta constatação que também mora o perigo de sua ameaça. Na direção disso, Foucault declara:

Pois bem numa época a nossa em que gosta tanto de colocar os problemas da democracia em termo de distribuição do poder de autonomia de cada um no exercício do poder em termos de transparência e de opacidade de relação entre sociedade civil e Estado creio que talvez seja bom recordar essa velha questão contemporânea do próprio funcionamento da democracia ateniense e das suas crises a saber a questão do discurso verdadeiro e da cesura necessária indispensável e frágil que o discurso verdadeiro não pode deixar de introduzir numa democracia uma democracia que ao mesmo tempo torna possível se discurso verdadeiro e o ameaça sem cessar. (MADURO, 2018)

Que razão se dá, então, para que no jogo democrático o discurso verdadeiro não prevaleça sobre discurso falso? Como é que no fim das contas, um orador corajoso, que diz a verdade não é capaz de ser reconhecido? Essa pergunta que ficou atrás da verdade, começa a nos inquietar em relação a pensar qual a natureza da *parresía*, em determinados contextos. Em nosso cotidiano, em muitos momentos talvez se possa perguntar por que que, muitas vezes, um discurso do verdadeiro não consegue prevalecer sobre um discurso falso. É um tema extremamente atual, pois ultimamente há uma preocupação geral com essa relação verdade-mentira, com a produção das *Fake News* e seu impacto na política e que tanto circulam hoje no país. São relações e temas para pensar seu funcionamento dentro do Estado democrático ainda hoje.

Referências

- EURÍPEDES. **Teatro Completo**. Vol. III. Tradução Jaa Torrano. São Paulo: Illuminuras, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1kAmNI4cDpO9r_xYlGMmhQrBQgUZRnKkEC/view?usp=sharing
- FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**: curso no Collège de France (1983-1984). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- GROS, Frédéric. *Situação do curso*. In FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- MADURO, Miguel Poiars. A verdade e o paradoxo da democracia. Polígrafo, 2018. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/citacao-de-site> Acesso em: 15 dez. 2022.
- ORESTES. **Mitologia e Civilização Grega**, 2009. Disponível em: <http://mitologiaecivilizgrega.blogspot.com/2009/11/orestes.html> Acesso em: 15 dez. 2022.
- ORESTES. **WahooArt**, s./d. Disponível em: <https://pt.wahooart.com/@/8YDKV7-Alexandre-Cabanel-Orestes> Acesso em: 15 dez. 2022.